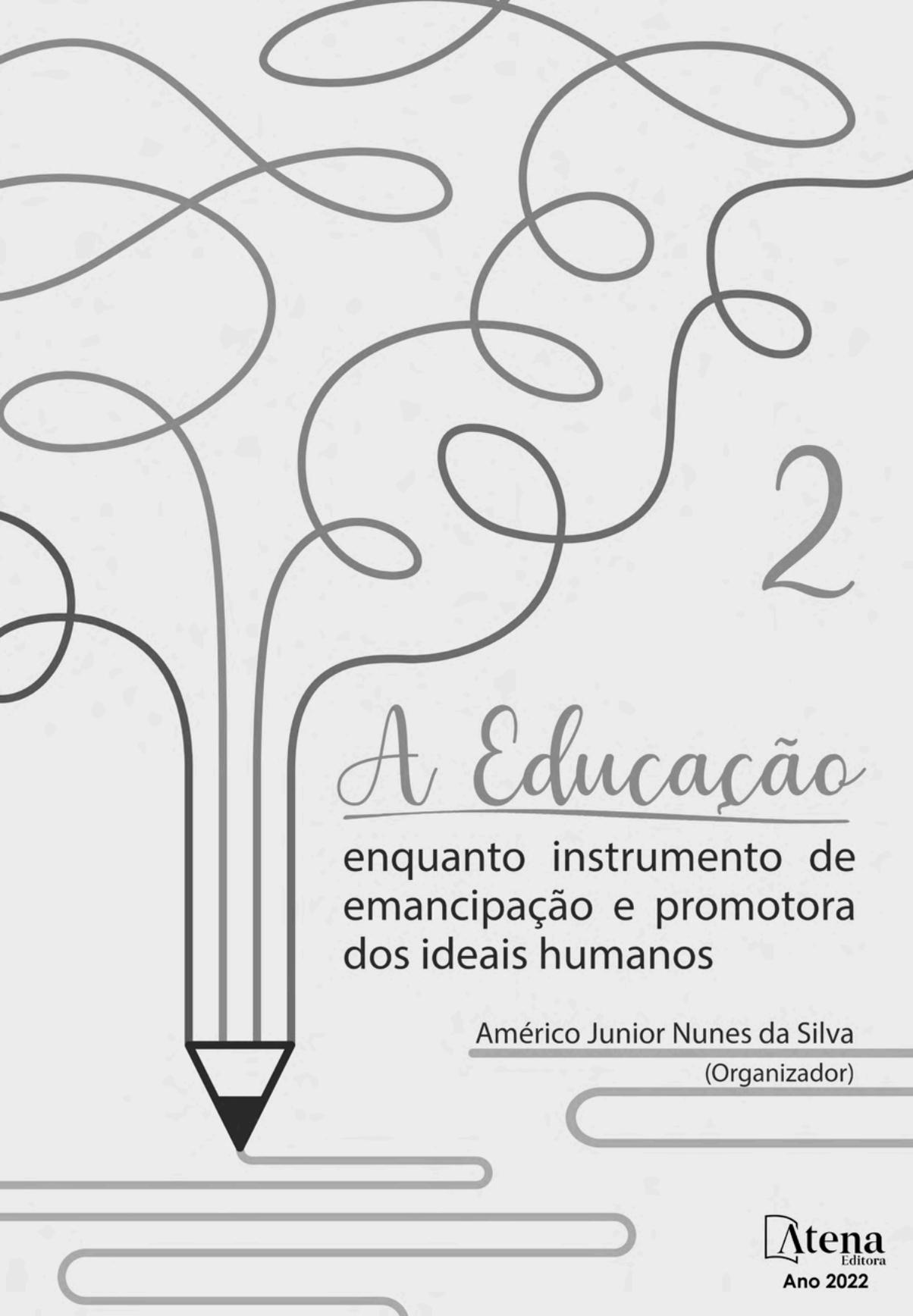


2

# A Educação

enquanto instrumento de  
emancipação e promotora  
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)



2

# A Educação

enquanto instrumento de  
emancipação e promotora  
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



# A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-853-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.530222801>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“A Educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os professores e professoras pesquisadoras em seus diferentes espaços de trabalho.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercruza.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

*E-EDUCAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO ATIVA DA INTERNET COMO AMBIENTE PROMOTORA DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO FRENTE AOS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19*

Mateus Catalani Pirani

Daniel Stipanich Nostre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228011>

### **CAPÍTULO 2..... 9**

*GESTÕES ARBITRÁRIAS E FINANCIAMENTOS INSUFICIENTES: AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS COMO UMA RESPOSTA*

Francisco Pinto de Azevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228012>

### **CAPÍTULO 3..... 20**

*O ACOLHIMENTO MULTIGERACIONAL EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIOS*

Andréa Holz Pfützenteuter

Ana Carolina Ribeiro Albino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228013>

### **CAPÍTULO 4..... 27**

*AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM: ASPECTOS CONCEITUAIS, CARACTERÍSTICAS E CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR*

Wellita de Sousa Igreja

Denise Martins da Costa e Silva

Ruth Raquel Soares de Farias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228014>

### **CAPÍTULO 5..... 38**

*ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO BIOPSISSOCIAL: ASPECTOS TEÓRICOS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR*

Jailson Oliveira da Silva

Allysson Macário de Araújo Caldas

Rafael Ramos Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228015>

### **CAPÍTULO 6..... 60**

*EDUCAÇÃO ON-LINE ENQUANTO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO NO PÓS-PANDEMIA*

Fernanda Sanjuan de Souza

Genielli Franca da Silva

Kelly Cristina Brito de Jesus

Priscila Silva da Fonseca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228016>

**CAPÍTULO 7..... 77**

A EDUCAÇÃO DOS IMIGRANTES ALEMÃES E OS ENSINAMENTOS PEDAGÓGICOS DE CHARBONNEAU

Jefferson Fellipe Jahnke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228017>

**CAPÍTULO 8..... 85**

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ACADÊMICA INCLUSIVA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UM PROTOCOLO POSSÍVEL

Rosemy da Silva Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228018>

**CAPÍTULO 9..... 102**

A IMPORTÂNCIA DO OLHAR ANTROPOLÓGICO E DA ETNOGRAFIA NO ESPAÇO ESCOLAR NO PROCESSO DE TRANSMISSÃO DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

Amanda Gomes Pereira

Juliana Moraes Casto

Lucas Oliveira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228019>

**CAPÍTULO 10..... 112**

GÊNERO E O MERCADO DE TRABALHO: O OLHAR DO ALUNO EGRESSO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Emily Cabral dos Santos

Joseval dos Reis Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280110>

**CAPÍTULO 11..... 142**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÃO DE PRÁTICAS DE ENSINO

Elaine Cristina Mateus Novacowski

Sandra Aparecida Cavallari.

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280111>

**CAPÍTULO 12..... 153**

CAMINHOS DA APRENDIZAGEM

Maria da Anunciação Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280112>

**CAPÍTULO 13..... 176**

NOVAS PROPOSTAS DE ATIVIDADES EM GRUPO ON-LINE PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Fernanda Celestino dos Santos Espanhol

Joceli Maria Zandonai Garbozza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280113>

**CAPÍTULO 14..... 188**

INTERCULTURALIDADE EM FREIRE: DIÁLOGO ENTRE OS PRINCÍPIOS FREIREANOS E AS PRÁTICAS INTERCULTURAIS NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Camila Nunes Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280114>

**CAPÍTULO 15..... 198**

APLICAÇÃO DO MÉTODO SNOEZELEN EM UMA CRIANÇA COM TEA: UM ESTUDO TRANSVERSAL E EXPERIMENTAL

Cristiane Gonçalves Ribas

Haysa Camila Boguchevski

Francine Gavloski

Thayná Aquino Gonçalves

Thayná Carolina Sant'Ana Cantelli

Wellington Jose Gomes Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280115>

**CAPÍTULO 16..... 208**

EDUCAÇÃO EM VALORES SOCIOMORAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE REDES SOCIAIS E MORALIDADE

Vítor de Moraes Alves Evangelista

Rita Melissa Lepre

Aline Kadooka

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280116>

**CAPÍTULO 17..... 220**

OS (DES)CAMINHOS DA ADOÇÃO NO BRASIL: OS DIREITOS DA CRIANÇA E SUAS RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO: UM RELATO DE CASO

Patrícia Panisa

Marco Antonio de Oliveira Branco

Isaac Vitório Correia Ferraz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280117>

**CAPÍTULO 18..... 227**

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROGRAMA “EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE” COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESCENTRALIZAÇÃO

Marcella Suarez Di Santo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280118>

**CAPÍTULO 19..... 238**

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DA PEDAGOGIA FREIREANA

Carlos Alberto Xavier Garcia

Simone Medeiros da Silva Garcia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280119>

<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>243</b>
EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA	
Stella Santana da Silva Jacinto	
Ronaldo Alves dos Santos	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280120">https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280120</a>	
<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>251</b>
GAMIFICAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUAS	
Rosemary Lapa de Oliveira	
Risonete Lima de Almeida	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280121">https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280121</a>	
<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>259</b>
LETRAMENTO INFORMACIONAL: O QUE REPRESENTAM OS RISCOS NA INTERNET	
Josete Maria Zimmer	
Maria de Fátima Serra Rios	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280122">https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280122</a>	
<b>CAPÍTULO 23.....</b>	<b>269</b>
LUDICIDADE NA SALA DE AULA: SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM UTILIZANDO JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS	
Juscilene Andreia de Oliveira	
Gilmar Dias	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280123">https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280123</a>	
<b>CAPÍTULO 24.....</b>	<b>281</b>
ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE INCENTIVO À LEITURA EM CRIANÇAS DE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
Suelma Cláudia de Paiva Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280124">https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280124</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>297</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>298</b>

# CAPÍTULO 18

## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROGRAMA “EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE” COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESCENTRALIZAÇÃO

*Data de aceite: 10/01/2022*

*Data de submissão: 18/10/2021*

**Marcella Suarez Di Santo**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Goiás -IFG/Câmpus Valparaíso  
Brasília/DF

<http://lattes.cnpq.br/5105640665300559>

<https://orcid.org/0000-0002-6769-9800>

**RESUMO:** Este trabalho apresenta a política pública de inclusão escolar a partir da formação de professores e gestores no modelo de multiplicação, em especial os resultados do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade - EIDD, fomentado pelo Ministério da Educação – MEC. Este programa tinha por objetivo realizar a formação de professores e gestores da rede pública de educação como partes das ações de fortalecimento dos sistemas educacionais inclusivos. Por meio de análise documental e bibliográfica, em que pese se tratar de um programa de apoio técnico e financeiro, concluímos que houve um investimento considerável para a indução de uma política de educação inclusiva no Brasil, no entanto, diferentes dificuldades identificadas pela gestão como falta de experiência no repasse financeiro e prestação de contas, dificuldade de logística na organização dos encontros de formação, ou mesmo falta de apoio político local. Desde a implementação do programa em 2003, verificamos um crescimento na qualificação dos

professores e gestores para a atuação com estudantes em suas diferentes necessidades educacionais, como consta nos resultados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação inclusiva, Formação de professores, Políticas públicas. Descentralização.

### TEACHERS’ TRAINING IN THE “INCLUSIVE EDUCATION: RIGHT TO DIVERSITY” PROGRAM AS A PUBLIC DECENTRALIZATION POLICY

**ABSTRACT:** This work presents the public policy of school inclusion through multiplication model in teachers and school managers’ training, in particular the results of the Inclusive Education Program: right to diversity – IEPRD, promoted by the Ministry of Education – MEC. This program aimed to train teachers and managers in the public education as part of actions to strengthen inclusive educational systems. Through documental and bibliographic analysis, despite being a technical and financial support program, we concluded that there was a considerable investment to induction an inclusive education policy in Brazil, however, different challenges are established, as: difficulties identified by the management as lack experience in financial transfer and accountability, logistical difficulties in organizing training meetings, or even lack of local political support. Since the implementation of the program in 2003, we have seen an increase in the qualification of teachers and managers to work with students in their different educational needs, as shown in the results.

**KEYWORDS:** Inclusive education, Teacher

training, Public policies. Decentralization.

## 1 | INTRODUÇÃO

A educação especial, definida como modalidade de educação na Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), passou por inúmeras transformações e até hoje se apresenta como um campo complexo da educação, com inúmeras divergências acerca da escolarização de crianças e jovens com deficiências físicas, sensoriais e intelectuais, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Há, de um lado, os que defendem a inclusão de todo e qualquer sujeito em classes e escolas regulares de educação básica, assegurando a não exclusão de estudantes de espaços de troca e socialização entre demais grupos de estudantes da mesma idade/etapa; de outro, aqueles que visam a garantia de matrícula em escolas e classes especiais, sob o argumento de um melhor acompanhamento realizado por profissionais formados especificamente para cada tipo de necessidade específica dos estudantes.

Dessa forma, analisar as políticas de públicas de formação de professores é considerar os conflitos existentes no campo e a não unanimidade acerca desse debate. No entanto, em função de seu histórico recente, a educação inclusiva tem se apresentado como um desafio importante para os professores e gestores educacionais de uma forma geral.

A partir de uma perspectiva de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, adotada pelas políticas públicas mais recentes, esse texto visa analisar uma das políticas públicas de educação inclusiva considerada importante ação para a garantia de formação de professores e educação inclusiva, que é o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.

A primeira parte do texto traz uma reflexão teórica acerca da educação especial e inclusiva, focando as diferentes concepções que levaram a considerar a educação inclusiva como uma perspectiva de garantia da escolarização de todos os sujeitos independente de sua condição e/ou deficiência.

A segunda parte do texto apresenta o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade como uma ação de fortalecimento dos sistemas educacionais inclusivos, a partir da análise documental das políticas, ações e demais documentos inicialmente elaborados pelo Ministério da Educação - MEC, seja pela Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC (extinta em 2011) ou pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC (extinta em 2019), além de outros documentos, legislação e políticas públicas de educação.

Ao final do texto, há uma discussão dos resultados da ação de formação de professores no âmbito do Programa analisado, com especial destaque ao período de execução de 2003 a 2014, bem como reflexões acerca do futuro dessas ações de formação

em função dos atuais desafios impostos com a diluição das ações de diversidade e inclusão, associados ao esvaziamento dessas políticas realizada pela atual gestão do Ministério da Educação.

## 2 | METODOLOGIA

A pesquisa se volta, inicialmente, à análise dos documentos oficiais que tratam das políticas públicas de formação de professores – leis, documentos norteadores, diretrizes, notas técnicas, dados do PAR/SIMEC, Lei da Acesso à Informação - LAI, programas de formação de professores das universidades, acordos de cooperação técnica, produtos de consultoria de organismos internacionais. A análise documental se dá em articulação com o estudo bibliográfico, a partir de pesquisas sobre o mesmo programa de formação analisado e demais ações de educação inclusiva obtidos através de periódicos científicos e livros.

## 3 | BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVAS E MARCOS LEGAIS

A educação especial passou por inúmeras mudanças desde a década de 1990, com as políticas de inclusão, disseminadas mundialmente por meio de documentos internacionais, com destaque especial para a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção de Guatemala (2001). No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no artigo 58, definem a educação especial como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino”. A inclusão foi ocorrendo aos poucos e isso gerou inúmeras desafios para o espaço escolar, exigindo a formação continuada de professores para atender à legislação. Do ponto de vista dos estudantes, trouxe grandes avanços evitando as exclusões e possibilitando o acesso aos espaços comuns de ensino.

No bojo das ações de formação de professores para a inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais, diferentes ações foram construídas para atender as convenções internacionais acerca da inclusão, entre elas a formação continuada de professores no âmbito do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. O Programa foi criado em 2003 na Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC, com o objetivo de a Política Nacional de Educação Especial, voltada às pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento<sup>1</sup> e com altas habilidades/superdotação. Com uma história de exclusões educacionais e sociais, esses estudantes passariam a ter seu direito à educação respaldado e as classes especiais, escolas especiais e instituições de apoio passariam a ter profissionais melhor formados para atender as especificidades dos estudantes. A Política Nacional foi bem recebida pelos professores e a demanda foi tanta que os cursos

---

<sup>1</sup> De acordo com a nova Classificação internacional de doenças, a CID-11, TGD passa a ser substituído por Transtorno do Espectro Autista - TEA. Para mais informações da nova classificação, segue site da Organização Mundial de Saúde ou, em inglês, World Health Organization – WHO: <https://icd.who.int/en>.

de formação inicial e continuada em Educação Especial foram multiplicados. (BRASIL, 2008; 2011a)

Portanto, representa um marco histórico na implementação de políticas públicas, pois tinha como foco a formação de gestores e professores para conscientização e conhecimento dos direitos de matrícula desses estudantes visando assegurar e garantir o pleno acesso, participação e aprendizagem a todos. Nesta primeira etapa de sua implantação, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade teve como finalidade principal a formação de gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, na perspectiva da Educação Especial.

Em 2011, por meio do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2011, que aprova e dispõe sobre a nova estrutura regimental do MEC, a Secretaria de Educação Especial - SEESP e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC são fundidas na atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC, tendo esta nova secretaria o objetivo de contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental visando a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais, contribuindo assim com a formação dos profissionais da educação, em articulação com os sistemas públicos de ensino, nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais, com vistas ao desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos. (BRASIL, 2011a)

Nesse contexto de reorientação das políticas do MEC, e na SECADI/MEC, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade amplia sua área de atuação e abrangência temática voltando-se para a formação continuada dos profissionais da educação, no contexto da publicação e implementação das diretrizes curriculares nacionais para a alfabetização e educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos. (BRASIL, 2011a)

## **4 | O PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE E A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO**

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade integra o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de

assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. (BRASIL, 2007)

Portanto, para participar desse Programa, os municípios-polo deveriam fazer algumas ações de âmbito mais geral da gestão municipal de educação, quais sejam: 1. Cadastro no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC; 2. Adesão ao Plano de Ações Articuladas - PAR, que é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo MEC, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes, bem como completar o diagnóstico do município avaliando cada uma das ações lá estruturadas; 3. Preencher a “subação” do PAR relativa à formação dos gestores e professores de sua área de abrangência; 4. Se aprovada a proposta, firmar Termo de Compromisso assinado pelo prefeito dedicando 1% do valor total orçado para pagamento da prefeitura; 5. Executar o projeto por meio da oferta de uma semana de formação completando 8 horas por dia, durante 5 dias, completando 40 horas de formação.

As condições dadas para a elaboração do PAR nos municípios prioritários, mesmo que tenham interferido na organização local, produziram efeitos de autoavaliação e ressignificação da política. No processo, as dimensões, áreas e indicadores educacionais, elaborados pelo MEC e organizados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) para acesso dos municípios com senha própria, são abordadas e avaliadas pela equipe local. (BATISTA, 2018)

Tanto o SIMEC, como o PAR exigem do gestor de educação um olhar global do ponto de vista administrativo-operacional, alinhado às ações do Plano Municipal de Educação, observando a partir das dimensões: Dimensão 1: Gestão Educacional; Dimensão 2: Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Dimensão 3: Práticas Pedagógicas e Avaliação; Dimensão 4: Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos. O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade compreende a subação 2.5.3.2 - Implementar o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que objetiva a formação de gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, conforme figura 1.

<b>Dimensão:</b>	2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar
<b>Área:</b>	2.5. Formação de profissionais da Educação e outros representantes da comunidade escolar
<b>Indicador:</b>	2.5.3. Participação de gestores, equipes pedagógicas, profissionais de serviços e apoio escolar em programas de formação para a educação inclusiva
<b>Ação:</b>	Assegurar as condições para a participação de gestores, das equipes pedagógicas, dos profissionais de serviço e apoio escolar da rede municipal em programas de formação voltados ao desenvolvimento do sistema educacional inclusivo.
<b>Tipo da subação:</b>	FORMAÇÃO
<b>Dados da Subação</b>	
<b>Descrição da Subação:</b>	2.5.3.2 - Implementar o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que objetiva a formação de gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.
<b>Estratégia de Implementação:</b>	Elaboração do plano de formação como município-polo para a realização do Seminário de Formação de Gestores e Educadores, com oferta de vagas aos municípios de sua abrangência.
<b>Programa:</b>	SECADI - Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade
<b>Forma de Execução:</b>	Assistência financeira do MEC
<b>Cronograma:</b>	Global

Figura 1. Tela da subação do Programa

Fonte: [www.simec.gov.br](http://www.simec.gov.br)

Para obter o apoio financeiro, cada um dos 166 municípios-polo deve organizar Seminários Regionais de formação de professores e gestores atendendo os municípios da sua área de abrangência, definidos a priori pelo MEC. Com a fusão da extinta Secretaria de Educação Especial - SEESP e a também extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, em 2011, o Programa passou a fazer parte das ações da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC. (BRASIL, 2008, 2011a)

Os objetivos do Programa se ampliaram visando o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos com políticas voltadas à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção dos direitos humanos e sustentabilidade socioambiental possibilitando, bem como à formação continuada dos profissionais da educação, no contexto da publicação e implementação das diretrizes curriculares nacionais para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos. (BRASIL, 2011a)

Considerando que a inclusão escolar diz respeito à organização de ambientes educacionais acolhedores para todos os estudantes, é importante que se garanta uma certa articulação entre o desenvolvimento profissional, a gestão participativa, as práticas de ensino e de aprendizagem e as políticas intersetoriais, em suas interrelações com as relações etnicorraciais em educação, a educação ambiental, a educação de jovens e adultos – EJA, a educação do campo, indígena e quilombola, a educação em direitos humanos, a educação para a cidadania e a educação especial na perspectiva de educação inclusiva.

Essa concepção de inclusão ampliada rompe, de certa forma, com a vinculação da expressão “educação inclusiva” à área da educação especial; ao mesmo tempo, sabemos

como o termo inclusão tem profunda representatividade para tratar de estudantes com necessidades específicas como os estudantes da educação especial. Dessa forma, diante das mais variadas correntes teóricas, optamos pela definição de educação inclusiva como

Um processo em constante evolução de mudanças e melhorias dentro das escolas e do sistema educativo mais amplo para tornar o ensino mais acolhedor e benéfico para uma ampla gama de pessoas. [...] É sobre mudar o sistema de ensino de modo que ele seja flexível o suficiente para acomodar qualquer aluno. Representa um esforço contínuo para identificar e remover barreiras que excluem os alunos dentro de uma situação única. É sobre a identificação e a remoção de barreiras quanto ao acesso de estudantes à educação, participação no processo de aprendizagem e, no campo acadêmico e social. Tem como foco a mudança de atitude, prática, políticas, ambientais e de recursos. É um processo no qual todas as partes interessadas devem participar (professores, alunos, pais, membros da comunidade, do governo, políticos, líderes locais, ONGs, etc.). É algo que pode acontecer fora do sistema formal de ensino, bem como em ambientes formais de ensino, pois a educação inclusiva vai além da escola permitindo a interação, na relação de aprendizagem, entre diferentes pessoas. (EENET, 2013 apud DELPRETTO, 2013).

Essa ruptura não é fácil, uma vez que inclusão escolar esteve, por muito tempo, associada à inserção de estudantes com deficiências na sala de aula regular/comum. Uma “escola especial” sempre foi sinônimo de escola voltada aos públicos com algum tipo de deficiência, disposta em grupos separados por cadeirantes, cegas/os, pessoas com baixa visão, surdas/os, pessoas com transtornos globais/ transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação. Por isso, as expressões “educação inclusiva” e “inclusão escolar” ainda se relacionam à área da Educação Especial.

No entanto, podemos afirmar que a inclusão de todos e todas é aquela que busca apresentar uma educação que promova a inclusão social pela via da escola. Elianda Tiballi aponta que a ideia de inclusão não é recente. Segundo Tiballi (2003), na década de 1970, a educação teve como o padrão desejado aquele voltado à classe média, e “os problemas de aprendizagem foram vistos como decorrência da estrutura social de classes que mantinha à margem, excluído do acesso aos bens culturais, grande contingente da população”. Ainda é comum encontrarmos falas preconceituosas sobre a condição do estudante beneficiário de programas de transferência de renda com condicionalidades, bem como ações afirmativas das políticas públicas dessas duas primeiras décadas do novo milênio.

Ao subsidiar o docente e a comunidade escolar a ampliar as experiências em favor da profissionalidade, as diferenças, sejam elas culturais, sociais, de raça, cor, credo, entre outros, ganham conotação mais humana quando coletivizadas, obtendo maior força para desfazer mitos, ideais exclusivistas e qualquer forma de discriminação. Neste sentido, diante desta complexidade, cabe aos cursos de formação continuada de professores para a diversidade fomentar a ampliação dos espaços formativos onde a discussão sobre uma educação inclusiva para todos, reconhecendo caracteristicamente a heterogeneidade

escolar (BEYER, 2006).

## 5 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas de educação inclusiva mais recentes – principalmente se comparadas ao histórico da educação especial ter sempre se desenvolvido em instituições com “uma visão eminentemente terapêutica de prestação de serviços às pessoas com deficiência” e serem, portanto, espaços de reprodução das exclusões sociais vividas pelos sujeitos com algum tipo de dificuldade de aprendizagem ou deficiências – foram fundamentais para superar as políticas de exclusão e incentivar a formação contínua de professores visando a garantia do direito à educação a todos. Obviamente, entre o desenho das políticas e a efetivação desse projeto de inclusão social nas práticas pedagógicas há um caminho nada simples de se percorrer. (MANTOAN, 2001; 2011)

Entre os principais objetivos da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva está a formação de professores para a atuação na Sala de Recursos Multifuncionais<sup>2</sup> e no Atendimento Educacional Especializado - AEE, já que o atendimento ao estudantes em sua especificidade deve ocorrer no contraturno e mediado por um ou mais profissionais que possam mediar a aprendizagem por meio de tecnologias, instrumentos e materiais facilitadores da aprendizagem.

Entre 2011 e 2014, foram 82 municípios-polo que tiveram aprovação e recursos pactuados para a formação de professores e gestores, totalizando R\$ 8.817.891,80. O recurso é infimo diante do impacto dessa formação, que molibiza profissionais e consolida uma rede de troca de vivências e formações durante uma semana. Observa-se que essa rede está articulada e em constante comunicação, tendo diferentes páginas na *internet*, nas redes sociais, para compartilhamento das ações e agendas nas temáticas, o que não se verifica com as ações de formação nessa perspectiva ampliada.

Conforme apresenta o Relatório do Censo Escolar/INEP, que apresenta os principais indicadores da educação de pessoas com deficiência, de 2003 a 2014 houve um aumento expressivo (189%) de professores com formação em educação especial, partindo de 33.691 em 2003 para 97.459 em 2014, conforme ilustra a figura 2.

---

<sup>2</sup> Trata-se de um Programa de Implementação no âmbito do Compromisso Todos pela Educação e Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que tem o apoio do MEC com a entrega de materiais, mobiliário e recursos específicos para as diferentes adaptações didáticas que se façam necessárias.

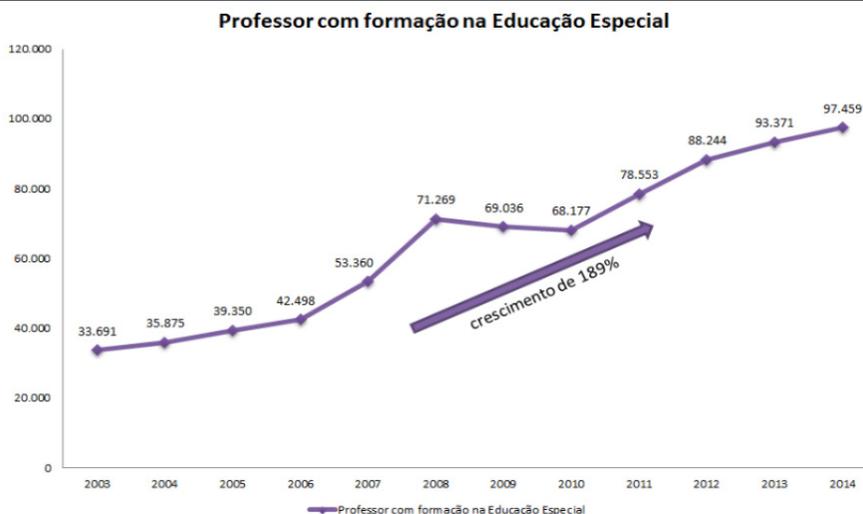


Figura 2. Professor com formação na Educação Especial

Fonte: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17655-secadi-principais-indicadores-da-educacao-especial&category\\_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17655-secadi-principais-indicadores-da-educacao-especial&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192)

Nesse sentido, podemos afirmar que a política de indução tem atingido o objetivo que é da ampliação da formação de professores e, somado aos dados do Censo Escolar, também do INEP, o aumento do número de matrículas de educação especial também se apresenta crescente a cada ano. Em 2003, o percentual de matrículas em escolas especializadas e classes especiais representava 71%, enquanto as matrículas em classes regulares/comuns representavam 29%. Em 2014, houve uma inversão passando a 79% das matrículas em classes regulares/comuns e 21% em escolas especializadas e classes especiais.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, podemos afirmar que as políticas públicas de inclusão escolar de pessoas com deficiência, somada às políticas de formação de professores em educação especial ou educação inclusiva têm obtido sucesso se analisados os resultados de matrícula em classes regulares/comuns. Por outro lado, a política de gestão democrática implementada pelo PAR/SIMEC, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação impactam diretamente na capacidade de ação da gestão municipal de educação e o Programa Educação Inklusiva: direito à diversidade é um exemplo das dificuldades enfrentadas pela gestão, pela falta de pessoal capacitado para os sistemas do PAR, pelo distanciamento dos gestores sobre os objetivos educacionais e institucionais de cada uma das ações nesses sistemas de gestão, acompanhamento e monitoramento. No entanto, os documentos orientadores produzidos e as reuniões técnicas se voltam para o esclarecimento dessas dúvidas e para a formação

dos profissionais que atuam na gestão.

Do ponto de vista das políticas públicas de inclusão escolar que impactam na gestão antes mesmo da sala de aula, deve-se investir ainda mais em uma formação ampla dos gestores, equipando as secretarias municipais e estaduais de educação com profissionais aptos ao trabalho com as políticas públicas de educação, redimindo assim dúvidas quanto ao orçamento, execução, prestações de conta, que ainda são os principais desafios identificados.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, N. C. A gestão democrática da educação básica no âmbito do plano de ações articuladas municipal: tensões e tendências. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230008, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782018000100206&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100206&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 Set. 2019.

BEYER, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (Org.) **Inclusão e Escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73 -81.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF. 2. Ed. 2011a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 10 ago. 2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Orientações para elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos municípios (2011-2014)**. Brasília: MEC, 2011b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**: instrumento diagnóstico PAR Municipal 2011-2014. Brasília: MEC, 2011c.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 10 de junho de 1994.

DECLARAÇÃO DE GUATEMALA. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.** Aprovado pelo Conselho Permanente da OEA, na sessão realizada em 26 de maio de 1999. (Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001).

DELPRETTO, B. Produto 1. In: Projeto UNESCO 914BRZ1136.7- **Fortalecimento do Sistema Educacional Inclusivo II.** Edital: Nº 05/2013. Brasília: UNESCO, 2013.

MANTOAN, M. T. E. **A educação especial no Brasil:** da exclusão à inclusão escolar. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade. LEPED/UNICAMP, 2001. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>. Acesso em: 15 set 2019.

\_\_\_\_\_. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar)

\_\_\_\_\_. (org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TIBALLI, E. F. A. Estratégias de inclusão frente à diversidade social e cultural na escola. In: LISITA, Verbena Moreira S. de S.; SOUSA, Luciana Freire E. C. P. **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adoção 179, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 265

Altas habilidades/superdotação 176, 177, 181, 187, 228, 229, 233

Aprendizagem 4, 5, 6, 7, 8, 21, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 50, 51, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 86, 90, 94, 95, 98, 101, 102, 106, 108, 111, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 210, 217, 218, 230, 232, 233, 234, 243, 244, 245, 246, 247, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 279, 280, 281, 282, 285, 286, 292, 293

Aprendizagem ativas 251

Atividades em grupo on-line 176, 179, 180, 181

Autoestima 20, 21, 50, 51, 52, 156

Autorregulação 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

### B

Brincadeiras 114, 117, 269, 270, 271, 276, 278, 279, 292

Brinquedos 114, 119, 150, 269, 270, 276, 277, 279

### C

Charbonneau 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84

Covid-19 1, 44, 60, 61, 65, 74, 177, 186, 187

### D

Deficiência visual 85, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 101

Desafios 5, 24, 26, 63, 71, 72, 73, 85, 86, 101, 105, 109, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 153, 158, 159, 173, 186, 197, 215, 217, 229, 236, 241, 245, 254, 255, 256, 260, 267, 273

Descentralização 3, 212, 227, 230

Dificuldades de aprendizagem 57, 67, 74, 145, 148, 269, 270, 280

Direitos humanos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 103, 104, 110, 220, 222, 224, 230, 232, 268

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 17, 19, 21, 29, 33, 36, 37, 42, 44, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131,

132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 161, 166, 170, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 252, 254, 257, 258, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 291, 293, 294, 295, 296, 297

Educação de imigrantes 77

Educação em valores sociomoraes 208, 211, 215, 216, 218

Educação especial 86, 90, 92, 99, 129, 131, 132, 142, 143, 151, 179, 187, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Educação geográfica acadêmica 85, 86

Educação inclusiva 85, 86, 91, 93, 98, 101, 142, 143, 145, 147, 151, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236

Educação infantil 112, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 137, 139, 140, 141, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 291, 293, 294, 295, 296

Educação libertadora 139, 188, 190, 193, 196

Educação on-line 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 73

Enfrentamentos 125, 129, 142

Ensino-aprendizagem 32, 38, 39, 40, 41, 42, 57, 102, 106, 108, 142, 193, 279

Ensino de línguas 188, 189, 191, 193, 196, 197, 251

Ensino de Sociologia 102, 106

Ensino remoto 1, 8, 61, 64, 72, 76, 177, 178, 179, 185, 186

Ensino superior 2, 4, 7, 12, 13, 20, 21, 22, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 93, 101, 102, 107, 113, 134, 297

Escola Paranaense 77

Estágio supervisionado 102, 105, 109

Estimulação 25, 97, 148, 151, 198, 201, 205, 206, 207

Estudantes 4, 6, 13, 14, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 29, 32, 34, 35, 36, 47, 52, 53, 54, 61, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 85, 86, 89, 90, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 145, 149, 153, 155, 163, 164, 167, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 249, 253, 254, 255, 256

Etnografia escolar 102

## F

Fisioterapia 198, 199, 201, 205, 207

Formação 5, 6, 7, 12, 13, 61, 67, 68, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 90, 93, 94, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 122, 123, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 147, 148,

150, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 173, 179, 187, 189, 191, 192, 196, 197, 199, 209, 211, 215, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 255, 257, 259, 261, 264, 265, 268, 269, 292, 294, 295, 296, 297

Formação de professores 110, 111, 191, 196, 197, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 235, 259, 297

## **G**

Gamificação 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

Gramática 192, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

## **H**

História da educação 77, 79, 80, 83, 84, 119, 190

Homens na Pedagogia 112, 125

## **I**

Idosos 2, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 108, 118, 254

Inclusão 4, 8, 29, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 100, 101, 104, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 192, 202, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 248, 265

Infância 57, 61, 74, 104, 113, 123, 157, 211, 217, 220, 223, 280, 283, 286, 296

Interculturalidade 188, 189, 192, 193, 196

Intergeracional 20, 24

## **J**

Jogos 65, 114, 150, 159, 167, 180, 182, 185, 186, 212, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 272, 276, 279, 280, 296

Jogos eletrônicos 252

## **L**

Letramento digital 73, 259, 268

Letramento informacional 259, 261, 262, 265, 266, 267

## **M**

Materiais concretos 149, 243, 246, 249

Mercado de trabalho 22, 110, 112, 114, 115, 122, 126, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 155, 158

## **P**

Pedagogia freireana 188, 196, 238, 241

Pedagogo 79, 112, 114, 122, 127, 128, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 141, 191, 269

Planejamento didático-pedagógico 60

Políticas públicas 19, 40, 56, 89, 138, 143, 151, 220, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 233, 235, 236, 283, 284

Práticas de ensino 60, 63, 142, 144, 232

Prevenção de riscos 215, 259

## **Q**

Qualidade de vida 21, 38, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 50, 52, 53, 57, 58, 59, 201

## **R**

Recurso didático tátil 85, 95

Redes sociais 17, 23, 70, 208, 209, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 234, 265, 266, 268

Reflexões freireanas 238

Relações de gênero 112, 115, 118, 126, 134, 135, 137, 140, 141

Relações interpessoais 39, 43, 51, 65, 176, 180, 186, 213, 215

Resolução de problemas 156, 173, 243, 245, 248, 250

## **S**

Saúde escolar 38

Situação-problema 243, 245

Sociedade da informação 1, 2, 3, 7, 8, 268

## **T**

TEA 95, 179, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 229

Tecnologias da informação e comunicação 1, 4, 8

Teoria 10, 22, 37, 58, 67, 95, 140, 211, 212, 213, 218, 238, 239, 242, 244, 245, 246, 247, 250, 253, 267, 270, 289, 296

## **W**

Web 208, 209, 259, 260, 265

2

# A Educação

enquanto instrumento de  
emancipação e promotora  
dos ideais humanos

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



2

# A Educação

enquanto instrumento de  
emancipação e promotora  
dos ideais humanos

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 